

Curso/Disciplina: Direito Penal Especial

Aula: Sonegação de contribuição previdenciária

Professor: Marcelo Uzêda

Monitora: Vanessa Alves

Aula nº 67

Sonegação de contribuição previdenciária

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – Omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

II – Deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

II – O valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

§ 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa.

§ 4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social.

Trata-se de crime tributário. O legislador optou por deixar fora da Lei 8.137/90 e manter no CP apesar de tratar de uma contribuição previdenciária que é um tributo.

Elementos do tipo penal: suprimir ou reduzir contribuição social através das condutas dos incisos.

Neste caso o agente, sonega, esconde, omite o fato gerador ou circunstancia relacionada para deixar de pagar o tributo

Pena: 2 a 5 anos, igual a da lei 8.137/90 que trata dos crimes tributários.

Bem jurídico tutelado: o patrimônio da previdência e num sentido maior o patrimônio da Administração Pública.

Inadimplemento das contribuições não é sonegação. Sonegação exige fraude, omissão e ocultação de informações para prejudicar o recolhimento no todo ou em parte

Sujeito ativo: qualquer pessoa que tenha obrigação de fazer a contribuição previdenciária. Trata-se de crime próprio.

Sujeito passivo: O Estado no patrimônio previdenciário atingido

Objeto material: a doutrina entende que não há objeto material porque é a pessoa ou a coisa sobre qual recai a conduta do agente. Neste caso a sonegação ocorre por forma fraudulenta. O que se tem é o meio que é a fraude que leva ao resultado que é a sonegação.

Suprimir: eliminar. É a totalidade da contribuição previdenciária

Reduzir: é a sonegação parcial.

Dolo: tem que ter a vontade e não cabe a modalidade culposa.

Consumação e tentativa: o crime é material comparável ao art. 1º da lei 8.137. Consuma-se com a efetiva a supressão ou redução. Em tese cabe a tentativa se evidenciado que o sujeito praticou uma ação para fraude, mas que não conseguiu a supressão / redução.

Causa Extintiva de Punibilidade: (Parágrafo 1º) se o agente espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. Seria um arrependimento posterior porque o

crime está consumado e o agente espontaneamente confessa os valores devidos antes do Estado identificar que houver a sonegação facilitando o recolhimento da contribuição. Não há exigência do pagamento da contribuição basta a confissão.

No crime de apropriação indébita da contribuição previdenciária é necessário o pagamento para que haja a extinção da punibilidade.

Se já houver uma ação fiscal ainda existe previsão na lei 9430 no art. 83 que permite o parcelamento e com isso há a suspensão a pretensão punitiva do Estado e a quitação extingue a punibilidade. Além desta lei existem diversas outras como os REFIS que também preveem tanto a suspensão como a extinção da punibilidade.

Perdão judicial: (Parágrafo 2º). É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. (Critério dos R\$ 20 mil reais).

O fato é típico, ilícito e culpável, mas o juiz pode deixar de aplicar a pena ou apenas aplicar a multa.

A lógica para o valor de R\$ 20 mil é que pagamentos menores do que este valor não compensam os custos para executar.

Causa de Redução de Pena: (Parágrafo 3º) Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa. – O valor atualizado é o teto da Previdência no Regime Geral. Apenas para Pessoa física.

Deve ser levada em consideração as mesmas exigências como o lançamento definitivo. A Súmula vinculante 24 também e aplica aqui por se tratar de crime tributário.